

### Reestruturação SEF: MAI tem que promover alterações políticas claras



### Direção Nacional tem de apoiar e defender os seus profissionais

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) não se conforma com a forma como a PSP, através da sua Direção Nacional, não se encontra a zelar pelos interesses dos profissionais da PSP, no âmbito da reestruturação que decorre no SEF.

Uma vez mais, gostaria a ASPP/PSP de indicar como único responsável a Tutela, neste processo tão complexo, precipitado e questionável, mas não nos é dada essa possibilidade, pela simples razão de continuarmos a assistir a um paradigma de falta de transparência nos processos, omissão de informação, incapacidade de uma gestão que coloque o interesse dos profissionais, ao nível das demais variáveis, resultando sempre no prejuízo desses mesmos profissionais.

A ASPP/PSP, em 2016 e em 2019, enviou dois documentos exaustivos acerca da realidade de segurança aeroportuária, com propostas concretas.

Há anos que a ASPP/PSP refere a necessidade de reforço de efetivo, refere a necessidade de rejuvenescimento do efetivo, de uma maior capacidade operacional, de uma melhoria em algumas realidades e especificidades, a Tutela nada avançou nessas matérias.

Em 2022, numa realidade tão difícil, tão complexa, com graus de exigência tão elevados, eis que a Tutela mantém o paradigma de cortes, imposições, limitações, barramentos e a Direção da PSP ampara, pela disponibilidade que faz dos seus recursos (humanos) que tão parcos e sobrecarregados já se encontram.

Comunicado  
13.junho.2022

Para agravar, pelo desconhecimento de quem gere a PSP, pelas especificidades dos aeroportos e pela constante perspetiva de secundarização dos profissionais da PSP em relação aos demais, estes, inclusive, fora de comissão de serviço, sujeitam-se a ver os seus direitos (como de horários) ser postos de parte e ficar não só sob a alçada operacional, mas sob tudo aquilo que os outros bem entenderem, pois os gestores da PSP tudo parecem permitir e sempre com recurso a instrumentos legislativos de interpretação dúbia e constante invocação de "interesse público" e "disponibilidade permanente".

E não será esta uma consideração superficial ou juízo de valor retórico, nem qualquer perseguição à Direção da PSP, apenas uma constatação de facto, baseado no sentimento que reina no efetivo policial, mas que poderá estar dissimulado por "nuances" de resignação e conformismo.

O apelo que deixamos ao MAI é para que promova a alterações políticas que dignifique e valorize os profissionais da PSP, à Direção Nacional para que defenda os seus profissionais de forma efetiva e não retórica, pois estes profissionais depositaram na Direção uma expectativa elevada, e aos polícias para que percebam da necessidade de demonstrar um sinal de insatisfação, que promova a uma predisposição para a luta, no sentido de acautelar os seus direitos.

A ASPP/PSP estará sempre do lado da razão, de quem não pretende pactuar com a normalização do excepcional, com a constante disponibilidade dos profissionais da PSP sem qualquer respeito pelos seus direitos e garantia dos seus interesses.

#ParaNossaDefesa

ASPP/PSP